



Cúpula dos Povos

Território mundial das mulheres

20 anos após a ECO 92 e o Planeta Fêmea, o movimento de mulheres e feminista se reúne com outros movimentos sociais na Cúpula dos Povos, antes da Rio+20, em defesa da justiça socioambiental

Alerta lilás na Rio+20: a economia verde mata!

Guacira César de Oliveira

Às vésperas da Rio+20, o movimento de mulheres e feminista somou esforços com movimentos sociais de todo o mundo para alertar: essa estória de “economia verde”, de verde mesmo não tem nada. Usam esse nome da mesma maneira invertida que aquela propaganda do cartão de crédito tenta nos convocar a comprar cada vez mais, dizendo que as coisas importantes da vida não têm preço. Eles querem poder enganar todo mundo o tempo todo. Mas não vão.

Antecedendo a Rio+20, vai se realizar, na mesma cidade do Rio de Janeiro, a Cúpula dos Povos. Será um encontro de ativistas dos movimentos sociais, vind@s de todos os continentes do mundo. El@s e tod@s nós brasileir@s estaremos lá mobilizad@s, denunciando a falácia da economia verde. Mas muito mais que isso, estaremos e estaremos debatendo e construindo alternativas, com ousadia, com solidariedade. Motivadas pelo desejo, pela autodeterminação de construir agora um futuro onde tod@s tenhamos futuro, onde tod@s tenhamos direitos.

A Cúpula dos Povos será articulada em torno a três eixos: (1) “Denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital”, visto que a conferência oficial não está enfrentando as verdadeiras causas das problemáticas ambientais e sociais. (2) “Soluções e novos paradigmas dos povos”, pois soluções e propostas para o desenvolvimento sustentável já existem e precisam ser visibilizadas e apoiadas. (3) “Articulação pós-Rio+20 dos processos de luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista através de campanhas e ações” e, nesse sentido, a Cúpula será um momento de convergência das agendas de lutas dos movimentos sociais em nível global.

O movimento de mulheres, feminista e antirracista vai estar lá para denunciar essa falácia “de crescimento verde com inclusão social”, mostrando que a natureza não é um bem de capital, um

capital natural que pode ser apropriado por interesses privados de grandes corporações empresariais para expandir os seus lucros. Vamos lá afirmar que os bens da terra e da humanidade são comuns, são de tod@s e por isso, não podem e não devem ser privatizados. Estaremos lá para dizer que os nossos corpos de mulheres são nossos territórios, não admitimos que sejam explorados, invadidos, violados, nem destituídos de direitos.

Conhecemos bastante bem essa lógica capitalista de dominação e exploração da natureza. Sabemos bastante sobre como eles separaram a natureza da razão, e os corpos dos espíritos. Sofremos na nossa própria pele as consequências de sermos colocadas - nessa dualidade, que eles criaram - mais próximas da natureza e do corpo e mais distante da razão e do espírito.

Nossos corpos de mulher, racializados e com atribuições de gênero determinadas, têm sido concebidos, nessa razão capitalista, patriarcal e racista, naturalmente destinados à subordinação, à exploração, à mercantilização, à sujeição, como fazem com a própria natureza.

Vamos à Cúpula dos Povos, somar esforços e potencializar as nossas forças. Essas forças com as quais temos pautado o debate político pela justiça socioambiental, gerado transformações culturais profundas, e nos afirmado como sujeit@s políticas e sujeit@s de direitos.

Sabemos que os debates na Conferência Oficial vão exatamente no caminho oposto. Basta dizer que o documento político que está em debate por todos os países cita 55 vezes a dimensão econômica, e apenas 7 vezes a questão ambiental. Se estão completamente focados na economia, queremos dizer, ademais, que a economia verde não nos serve, porque queremos uma economia voltada para a vida, não para o lucro do capital.

Leia mais nas próximas páginas!

Foto da capa: Alexandra Martins



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás
CEP 70317-900 • Brasília-DF
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico:
cfemea@cfemea.org.br
Site: <http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:
Eliana Graça, Gilda Cabral,
Iáris Ramalho Cortês e Zuleide Araújo.

Conselho Fiscal:

Ivônio Barros, Elaine Marinho Faria, Eneida Vinhaes Dultra,
Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira.

Colégio de Gestão:

Guacira César de Oliveira, Mirla de Oliveira Maciel
e Nina Madsen.

Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandez Cavalcante, Ana Cláudia Jaquetto Pereira,
Francisco Rodrigues, Jolúzia Batista, Juliano Alessandro Lopes
Barbosa, Kauara Rodrigues Dias Ferreira, Leila Rebouças, Luana
Natielle Basílio, Mel Bleil Gallo, Priscilla Caroline Brito.

Jornalista Responsável:

Mel Bleil Gallo

Parcerias: Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford,
ONU Mulheres, Women Change Makers

Apoio: FLOW - Funding Leadership and Opportunities for Women
Dutch Development Cooperation Ministry of Foreign Affairs

Projeto gráfico: Faro Brasil
Diagramação: Mel Bleil Gallo

Impressão: Gráfica Brasil
Tiragem: 13.000 exemplares

As três maiores motosserras do Congresso Nacional

Juliano Alessandro Lopes Barbosa e Mel Bleil Gallo

PEC DO LATIFÚNDIO

O que é? A Proposta de Emenda à Constituição 215/2000 transfere do Poder Executivo para o Legislativo a demarcação de terras indígenas e quilombolas, bem como a ratificação das demarcações já realizadas. Dessa forma, facilita a ação da bancada ruralista no Congresso Nacional, no sentido de impedir que quilombolas e indígenas tenham seus territórios oficialmente reconhecidos em um processo mais rápido, atualmente feito por decreto.

Quem propôs? O projeto é de autoria do ex-deputado Abel Ávila dos Santos, ex-Arena e à época filiado ao PDS de Santa Catarina.

Por onde anda? A PEC foi aprovada em março de 2012 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com parecer favorável do relator deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR). O projeto agora irá ao Plenário da Câmara dos Deputados.

LEI GERAL DA COPA

O que é? O Projeto de Lei 2330/2011, intitulado Lei Geral da Copa, trata de todas as medidas relacionadas à Copa das Confederações (2013) e à Copa do Mundo (2014), que serão realizadas no Brasil. Dentre as inúmeras arbitrariedades contidas na proposta, uma delas se refere à remoção e ao despejo forçado de populações que, por algum motivo, estejam no caminho das obras e das atividades do plano geral da Copa do Mundo. As 12 cidades-sede estão passando por processos semelhantes, com comunidades inteiras ameaçadas de remoção pelo Estado.

Quem propôs? O projeto foi apresentado pelo próprio Governo Dilma, com ingerência direta da FIFA, a Federação Internacional de Futebol Associado.

Por onde anda? O texto final foi sancionado pela presidenta Dilma, em junho de 2012, como Lei 12.663/2012.

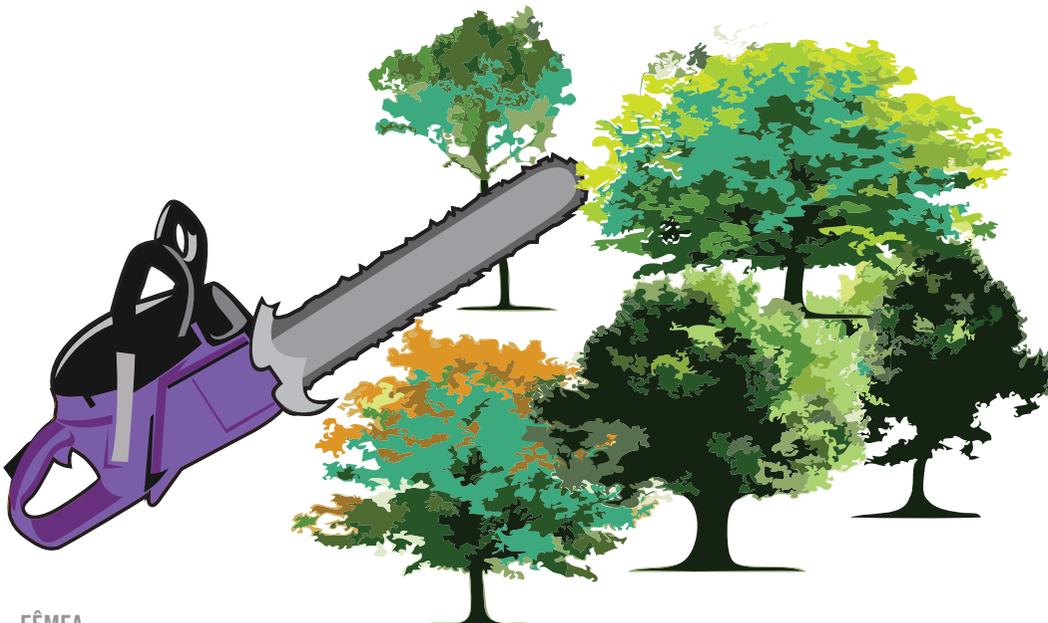
NOVO CÓDIGO FLORESTAL

O que é? O PL 1876/1999, conhecido como Novo Código Florestal, trata sobre Áreas de Preservação Permanente, reservas legais e exploração florestal, entre outros. O código anterior era de 1966, com pequenas alterações.

Durante sua tramitação a bancada ruralista fez valer seus interesses, com pouca resistência do governo. Da forma como foi aprovado, o Código beneficiará diretamente latifundiários, anistando desmatadores e incentivando ainda mais crimes ambientais em grande escala. Parte considerável da regulamentação do código passa também para as mãos dos governos estaduais e municipais.

Quem propôs? O projeto foi apresentado originalmente pelo então deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO), em 1999.

Por onde anda? O projeto foi sancionado em junho, pela presidenta Dilma, como Lei 12.651/2012, com vetos parciais, que deverão ser votados pelo Congresso. Além disso, a presidenta editou a Medida Provisória 571/2012, com mudanças relativas a pontos vetados no texto final do Novo Código. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) é o relator da MP e que tem 120 dias para ser apreciada pelas duas casas.



Cúpula dos Povos: O olhar feminista na agenda socioambiental

Mulheres do mundo inteiro participam em junho de 2012 da Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro. O objetivo é trazer o olhar feminista sobre a crise mundial e soluções a partir da perspectiva de justiça socioambiental. Schuma Schumacher, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Articulación Feminista Marcosur no Grupo Articulador da Cúpula dos Povos, conversa com o Jornal Fêmea sobre esse processo

Por Mel Bleil Gallo

Fêmea - Como começou a articulação feminista sobre a agenda socioambiental?

Schuma Schumacher: Tudo começa com uma história de vinte anos atrás, quando várias organizações, numa coalização brasileira, investiram muito no Planeta Fêmea, o espaço das mulheres para Eco 92 (leia mais na página 12). A gente tinha uma agenda feminista radical e as discussões foram muito ricas. Foi o feminismo que trouxe a proposta de que a crise era uma crise de paradigma, que envolvia mulheres, homens, natureza. E que essas relações eram o que a gente precisava repensar para enfrentar o capitalismo, o patriarcalismo, o racismo e tudo mais.

Há muito tempo vínhamos participando com outros movimentos sociais da construção do Fórum Social Mundial e quando a agenda da Rio+20 foi posta, nós estivemos junt@s desde o começo, na Cúpula dos Povos, construindo esse espaço da sociedade civil.

É um processo muito difícil, com pouco tempo para ser organizado, em um contexto diferente. Uma coisa é você fazer a Eco 92, no governo Collor. Outra coisa é você organizar a Cúpula dos Povos, no contexto de um governo mais popular, democrático e onde o confronto fica mais difícil. Mas como a cúpula é dos movimentos sociais organizados no mundo inteiro, e não apenas do Brasil, nós temos que olhar e pensar nos problemas que se passam além daqui.

Fêmea - Como você compara o espaço da Rio+20 com a Eco 92?

Schuma Schumacher: Eu acho que esse espaço perdeu um pouco a importância, porque a proposta inicial era se fazer uma avaliação dos acordos da Eco 92 e ver o que avançou ou não. Obviamente essa proposta foi completamente descartada pelos governos. Vamos ter um encontro simbólico, mas sem avaliar nada do que aconteceu de lá pra cá. Além

disso o G20 vai se encontrar dois dias antes da Rio+20, no México e nem todos os países participantes estarão aqui. Então a gente também corre o risco de que as coisas mais polêmicas e importantes sejam acordadas antes. Ao mesmo tempo, é muito importante para nós mulheres termos a oportunidade discutir essa agenda do desenvolvimento, da sustentabilidade e da justiça socioambiental. Embora a gente sempre pense sobre isso, ela não era a agenda clássica do feminismo.

Fêmea - Você acha que o feminismo traz uma nova perspectiva sobre essa pauta?

Schuma Schumacher: Sim. Nos últimos anos, o olhar feminista tem sido incorporado a essas temáticas que importam para o cotidiano de mulheres de variados segmentos e realidades. Isso é bastante significativo e tem possibilitado uma atenção maior sobre a questão do território, sobre os bens comuns e como que a gente compreende essa crise ambiental. Percebemos que a gente não tem um milagre pra resolvê-la, sem pensar no social primeiro. São outras vezes que estão se juntando na busca de soluções mais democráticas, que enfrentam as desigualdades, o capitalismo e esse novo conceito de economia verde que é uma forma disfarçada de capitalismo.

Fêmea - Quais são os pontos principais onde a contribuição feminista entra com mais força?

Schuma Schumacher: Acho que ela vale muito principalmente na questão de direitos sociais e do racismo ambiental. Um dos graves problemas que está em discussão é a questão das retiradas, nas obras de grandes eventos, como a Copa do Mundo. Isso é tratado de forma econômica, sob a ótica da governabilidade, sem levar em conta os direitos sociais.

Talita Oliveira



“O olhar feminista tem sido incorporado a essas temáticas que importam para o cotidiano de mulheres de variadas realidades. Isso é bastante significativo e tem possibilitado uma atenção maior sobre a questão do território, sobre os bens comuns e como que a gente compreende essa crise ambiental. Percebemos que não tem um milagre pra resolvê-la, sem pensar no social primeiro”

Arquivo pessoal



Mas ao falar de direitos, não estamos nos referindo apenas à autonomia das mulheres e aos direitos sexuais e reprodutivos. Além desses, nós estamos falando do direito à água, do direito à terra. E todos estão ameaçados agora na Rio+20. Muitos países não querem que essa questão entre – se é que algum documento vai sair, assinado pelos governos. Porque obviamente querem privatizar a água, privatizar a terra, privatizar o campo, os parques, os jardins para depois cobrar pelo uso de tudo. E por outro lado você tem também o Vaticano, nas Nações Unidas, que embarca nessa história, quando quer tirar da pauta a questão dos direitos reprodutivos.

Fêmea - Como você compara a mobilização social desse ano, com relação à Eco 92?

Schuma Schumaker: A participação social vai ser muito pequena perto do que foi 20 anos atrás. Lá a gente inaugurou um período de agenda social das Nações Unidas e um período muito mais forte de participação dos movimentos sociais. Hoje existem muitos movimentos que acompanham as mudanças climáticas. São tantas as frentes que precisavam de atenção e tão pouco tempo para organizar essa Cúpula, que acho que nós não teremos a mesma representação de antes.

Fêmea - Há uma fragmentação?

Schuma Schumaker: Acho que tem uma fragmentação da agenda, mas não de conflito. É uma fragmentação na hora de eleger

prioridades, a partir do nosso campo comum.

Fêmea – E como fazer para fortalecer uma agenda unificada, a partir da Cúpula dos Povos?

Schuma Schumaker: Na Cúpula, nós temos uma preocupação muito grande com isso. Vamos ter vários espaços para convergir. Estamos trabalhando com um tripé: um é para entender as causas estruturais da crise ambiental, o segundo é para pensar quais são as propostas que nós temos para solucionar essa crise e o terceiro é como e com que bandeiras seguiremos junt@s. É para dizer que as coisas não começaram hoje, nem muito menos terminam aqui.

Fêmea - Que pontos você acredita que devem entrar nessa agenda mínima?

Schuma Schumaker: Com certeza uma agenda de direitos: ao território, ao bem comum, sexuais e reprodutivos, entre outros. Essa é a agenda básica que deve sair. Uma agenda concreta brasileira que vamos seguir é com relação aos megaeventos internacionais e o combate às remoções forçadas, à exploração sexual e outros problemas que vêm com a realização da Copa do Mundo, das Confederações, Olimpíadas e todo o mais.

Mas eu já não tenho a mesma certeza se vamos seguir juntos na crítica ao desenvolvimentismo, que é a opção política do governo brasileiro atual. Aqui não tem consenso.

Fêmea - Como você vê a evolução do debate sobre desenvolvimento na perspectiva da justiça socioambiental?

Schuma Schumaker: De certa forma é mais fácil pensar críticas do que propostas, mas esse é o nosso desafio. Tem algumas propostas que a própria sociedade tem vivido, que dão uma dimensão do que pode ser feito. Economia solidária, soberania alimentar, não-privatização dos bens comuns são propostas. Tudo que é feito dentro da matriz de acumulação de riquezas para alguns, em nome do desenvolvimento, tem que ser questionado. Nós não aceitamos esse modelo, como está sendo colocado.

Fêmea - Qual é o saldo para o movimento feminista a partir dessa articulação na agenda socioambiental, em especial na Cúpula dos Povos?

Schuma Schumaker: A gente cresce como movimento, sem dúvidas. O maior saldo tem a ver com o processo, com a mobilização e o envolvimento das mulheres. A nossa agenda feminista se alargou: é uma agenda que hoje contempla muito mais sujeitas com toda a diversidade das suas realidades cotidianas. É um saldo enorme e espero que a gente siga conversando e debatendo essa agenda, para encontrar soluções. É muito bacana a gente poder falar de território e defender o território das quilombolas, o território das ribeirinhas e o território de todas as mulheres, que é o nosso corpo, nosso primeiro território.



Luta feminista na Cúpula dos Povos

Não vamos arcar com a crise!

Carmen Silva

O movimento feminista está presente com ação política na Cúpula dos Povos. O debate que estamos levando enfrenta o mito da neutralidade da crise ambiental, demonstrando como ela impacta de forma avassaladora, na vida cotidiana das mulheres e da população negra em situação de pobreza

A iniciativa mobiliza vários movimentos como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), o Movimento de Mulheres Camponezas (MMC), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a Secretaria de Mulheres da Contag, entre outros.

Estamos vivendo, hoje, no mundo de diferentes crises: climática, de alimentos, energética e financeira são alguns exemplos. O forte no debate do momento é a crise ambiental, que coloca em risco a sustentabilidade da vida no planeta. É ao mesmo tempo uma crise do padrão de acumulação capitalista, ou seja, o modelo de desenvolvimento adotado pelos Estados-Nação e pelas empresas capitalistas.

Esse padrão é produtor da crise e ao mesmo tempo um produto dela. Embora isso seja verdade, estamos vivendo também uma crise civilizatória. O que está em cheque não é apenas o meio ambiente ou a acumulação capitalista, mas todo o modo de produção, consumo e organização da vida social ao qual estamos submetidas.

O modelo de civilização que predomina é o baseado na exploração dos seres humanos e da natureza. A riqueza é apropriada por poucos e se constrói por meio do trabalho e da exploração de muitos. Por meio da apropriação da natureza, sem limites.

Este formato é naturalizado por processos ideológicos e está diretamente ligado às formas de dominação próprias do sistema patriarcal e racista: um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, que confere valor e poder às pessoas brancas e oriundas de países centrais deste modo de desenvolvimento capitalista, em prejuízo às pessoas dos países que foram colonizados, de etnias originárias destes países, ou que são negras, afrodescendentes.

Embora vivamos uma crise civilizatória que atinge toda humanidade, o fato de vivermos num sistema capitalista, patriarcal e racista, faz com que os efeitos não afetem a tod@s com a mesma intensidade. Mulheres, pessoas negras, indígenas e outros grupos étnicos dominados são atingidos de forma distinta

dada a sua situação nas relações de poder na sociedade e as realidades socioeconômicas, territoriais e culturais que vivenciam.

Vendo por este ângulo, falar em racismo ambiental significa que as populações negras e indígenas são aquelas mais fortemente atingidas pela degradação ambiental e sofrem as maiores consequências da crise climática.

Nossa crítica feminista, na Articulação de Mulheres Brasileiras, tem tomado como referência as ideias sobre patriarcado, as nossas lutas contra os projetos de desenvolvimento e suas consequências sobre as mulheres e as experiências das mulheres quilombolas, indígenas e de outras populações tradicionais.

O patriarcado é anterior ao capitalismo e à colonização da América Latina, mas se fortalece com esta forma civilizatória dominante. A crítica feminista a esse modo de organização social toma como referência a exploração e a dominação das mulheres perpetuadas pelo sistema patriarcal racista e capitalista.

Também consideramos relevante resgatar que nós, mulheres, individualmente e como sujeit@s polític@s coletiv@s, resistimos e lutamos contra este sistema. No Brasil, o patriarcado e o capitalismo estão

completamente articulados desde a colonização do território pelos portugueses. Ambos se estabeleceram a partir da dominação étnica-racial. Esses sistemas se retroalimentam, no domínio econômico e político do território, da natureza, dos povos escravizados e dizimados, em especial das mulheres, incluindo o nosso território-corpo.

hoje nós, mulheres, somos quem vivemos as piores condições de exploração nos territórios de implantação de grandes projetos econômicos, incluindo nossos corpos para fins sexuais. São as mulheres negras, pobres e encarregadas das famílias que vivem nos territórios urbanos submetidos às piores condições ambientais. São as mulheres indígenas,

“Mulheres, pessoas negras, indígenas e outros grupos étnicos dominados são atingidos de forma distinta dada a sua situação nas relações de poder na sociedade”

O domínio e a exploração da natureza se articulam diretamente com o domínio da força de trabalho humana escravizada e com a sobre-exploração das mulheres. Para além da exploração econômica, este sistema constitui uma profunda força ideológica de negação da população racializada, de seu corpo e de seu ser, como humanidade, e gera as condições para a manutenção do racismo na formação social brasileira. A consequência disso é que

quilombolas e trabalhadoras, que têm menos poder nas organizações políticas e nos processos de negociação com o Estado brasileiro para a garantia de direitos e de seu território.

Ainda hoje continuamos a ser colonizadas: nossos corpos, nosso tempo, nossa força de trabalho. Por isso, queremos dialogar com a sociedade sobre nossas vidas, nossas lutas e o mundo que queremos viver.

Carmen Silva é educadora do SOS Corpo (Recife - PE), integra o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a Articulação de Mulheres Brasileiras

PROGRAMAÇÃO FEMINISTA NA CÚPULA DOS POVOS

Dia 17

Manhã e tarde: Plenárias de Convergência
Noite: Vigília da Cúpula dos Povos

Dia 18

8h00 - Mística de boas-vindas
8h30 - Tribuna das Mulheres: “Direitos e Justiça Socioambiental”
10h30 - Passeata das Mulheres
14h00 - Plenárias de Convergência
18h00 - Atividades Culturais

Dia 19

9h00 - Tribuna das Mulheres: Modelo de Desenvolvimento, Energia e Industrias extrativas
11h00 - Tribuna das Mulheres: Defesa dos Bens Comuns e contra a Mercantilização da vida

14h00 - Assembleia dos Povos: Causas estruturais da crise e as falsas soluções de mercado

Dia 20

Mobilização Global - Cúpula dos Povos

Dia 21

9h00 - Tribuna das Mulheres: Mulheres rurais e Soberania Alimentar e Acesso à terra
11h00 - Tribuna das Mulheres: Trabalho - por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade
14h00 - Assembleia dos Povos: Nossas Soluções

Dia 22

9h00 - Assembleia dos Povos – Agenda de Lutas e Campanhas
14h00 - Ato de Encerramento

Nosso corpo, nosso primeiro território!

Sílvia Camurça

Foi no Fórum Social das Américas de 2003, na Guatemala, que começamos a posicionar nossa denúncia da violação e controle do corpo das mulheres nestes termos, ou seja tomando nosso corpo como nosso território, território que estamos dispostas a defender. “Aqui não se toca, não se mata, não se maltrata”, era o complemento da frase que ali gritávamos em portunhol, brasileiras e guatemaltecas liderando caminhada na manhã de abertura do Fórum.

A ideia não se confunde com a insígnia ‘nosso corpo nos pertence’ dos anos 1970, mas trata da mesma questão, contudo indo mais além. Vejamos. Em ‘nosso corpo nos pertence’ afirmamos a autoridade do Eu de cada mulher sobre o próprio corpo, uma questão de autonomia e autodeterminação. Entretanto, ao mesmo tempo, esta insígnia dá margem a manter a dicotomia entre mente e corpo, como duas coisas separadas, um pertencendo ao outro: meu corpo pertence a mim. Ou seja, um Eu separado e possuidor de um corpo.

Com a ideia de ‘nosso corpo, nosso território’, propomos tomar o corpo como território onde nossa vida habita, algo inseparável da própria vida que se realiza através e pelo corpo, nossa base material de existência humana: meu corpo sou eu. Não há um EU separado do corpo. Esta ideia é especialmente importante para atualizar o debate sobre a autodeterminação reprodutiva de nós mulheres e, me parece, tem a força necessária para reafirmar que temos direito a sermos “donas de si mesmas”.

A insígnia “nosso corpo, nosso território” mantém o centro da demanda e da denúncia colocada em público nos anos 1970 e nos vincula à luta do presente contra a expropriação de outros territórios, lugares de existência coletiva. A luta em defesa de seus territórios vem sendo levada pelas homens e mulheres indígenas, quilombolas e de populações tradicionais do Brasil e de outros países da América Latina. Assim, essa é uma ideia que nos vincula umas as outras. No Brasil, vincula as mulheres do sudeste com as da Amazônia, as do litoral Cearense com as de Goiás, as da Bahia com as do Espírito Santo e as de Pernambuco. Nos vincula à luta por justiça

socioambiental, uma das frentes de luta da Articulação de Mulheres Brasileiras na qual confrontamos o padrão atual de desenvolvimento e denunciemos a situação das mulheres nas áreas de conflitos socioambientais em cada um destes estados.

Por território nos referimos a algo a mais que a terra. O tema nos remete a lugar onde se vive, onde as relações sociais se realizam, onde se produz, se cuida do viver, se faz cultura, arte, lugar de raízes, com história e sentido comum para quem o habita. Sabemos que as populações desalojadas de seu território podem até receber novas terras para habitar, mas nunca terão de volta seu território para sempre perdido e, com ele, a teia de relações sociais que ali estavam estruturadas.

Os territórios de muitas populações estão hoje fortemente ameaçados pela força do capital em sua nova fase de desenvolvimento. Esta ameaça se faz na forma de agronegócio, de especulação imobiliária, ou de grandes obras de desenvolvimento como hidrelétricas, transposição de rios, entre outras.

Vamos mais além, nosso corpo, nosso território, é também explorado pela indústria farmacêutica, que acumula milhões pelo consumo de remédios, dos quais nós mulheres somos as principais usuárias. Entre eles estão tranquilizantes, antidepressivos e afins, medicamentos que no final das contas apenas são paliativos, mas nos ajudam a enfrentar os efeitos e dores que a situação de opressão nos impõe ao longo da vida.

Somos também exploradas pela indústria de turismo de massa: pela venda e mercantilização das mulheres negras, vendidas como mulatas, “produto de exportação”, ou a “mulher brasileira”, apresentadas ao consumidor de turismo sexual como muito quente e disponível. Explora-nos no trabalho sexual, mas nos explora também nos serviços hoteleiros, restaurantes e casas de diversão, mediante contratos de trabalho precários e desvalorizados. E ainda como “nativas”, indígenas ou não, nas florestas, no pantanal ou nas praias do nordeste e do sul, sempre vendidas como prendas fáceis e disponíveis para a conquista do visitante.

“Afirmamos que nesse território da vida que é o corpo, é que nossos sentimentos, nossas ideias, nossa inteligência, nosso desejo, nossa dor, nosso prazer acontecem”

Trazendo o conceito para falar de nós mulheres, afirmamos que nesse território da vida que é o corpo, é que nossos sentimentos, nossas ideias, nossa inteligência, nosso desejo, nossa dor, nosso prazer acontecem. Assim podemos compreender melhor as críticas à mercantilização do corpo da mulher, por exemplo, pela medicina estética. Na verdade, pela mercantilização dos corpos femininos, a indústria da medicina estética mercantiliza e transforma em mercadoria as próprias mulheres. De consumidoras de produtos de beleza passamos a ser consumidas pela indústria que enriquece às custas dessa exploração.

Por fim, gritamos que nosso corpo é nosso território, para dele afastar o poder do direito patriarcal e a ingerência das autoridades religiosas que, em nome da fé ou da lei, criminalizam as mulheres pela prática do aborto. Nosso corpo não é um “meio” ou um instrumento a serviço da reprodução biológica da vida humana. Não. Nosso corpo é parte de nossa própria existência, vale por si mesmo, como tem sentido a existência de toda mulher. E sobre nós, nossa existência, somos e queremos ser sempre soberanas, livres, sujeita de nossas vontades e donas, cada uma, de si mesmas.

Sílvia M. S. Camurça e militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e integrante da equipe multiprofissional do SOS Corpo (Recife - PE). Texto originalmente publicado na Revista Bocas do Mundo (AMB).

Combate ao Racismo Ambiental: uma luta justa por justiça ambiental

Cristiane Faustino

A efervescência dos debates sobre questões ambientais e riscos humanos, que emerge no contexto da Rio+20, nos impõe o desafio de fortalecer na cena pública as diferentes compreensões e fazeres críticos que põem em evidência as injustiças e violações provocadas pelos modelos econômicos, políticos, sociais e culturais dominantes. Romper com a cultura política elitista de “ocultação” das desigualdades e iniquidades, ainda que gritantes na vida real, é fundamental para a emancipação da humanidade desde o fazer democratizante e comprometido com a construção de modos de vidas sustentáveis, se é assim que se quer chamar o porvir de uma sociedade melhor pra todas as pessoas e grupos sociais.

No Brasil e América Latina o racismo é um dos processos de desigualdades mais reais, porém mais ocultados, especialmente pelos agentes que impõem a todas as pessoas e grupos sociais, seu pensamento, suas decisões, suas armas, suas instituições, seus códigos, suas formas de ver, pensar e construir o mundo. Das invasoras caravanas do século XVI aos sofisticados jatinhos, o rastro desses agentes tem sido a dizimação e escravização dos povos originários e negros, marginalizando e subjugando suas gentes e culturas. A violência da expropriação e escravização, antes argumentada pela superioridade e meritocracia divinizada das culturas brancas, hoje se camufla na falácia da democracia, inclusive a racial, e se justifica pelo decantado discurso do desenvolvimento.

Desenvolvimento focado numa racionalidade que transforma os territórios, os ecossistemas, a biodiversidade, os conhecimentos e os corpos, especialmente os das mulheres, em mercadorias; que explora a força de trabalho alheia e extermina os grupos “desnecessários”. Nessas circunstâncias, a pergunta feita por quem percebe, pensa sobre, ou vivencia as violências desse projeto é: desenvolvimento do que e para quem, “cara pálida”? A resposta a essa questão não pode se furtar de trazer à tona o debate sobre o racismo, que movimentou a expansão capitalista e o enriquecimento das metrópoles européias, assim

como a formação das elites e marginalização da população negra e indígenas. Racismo que se refunda e se complexifica no moderno desenvolvimento, acelerado pelas políticas de Estado e dos Governos, pelas oportunidades abertas à iniciativa privada e seus negócios poluentes e “sociodegradantes”. Oportunidades que se concretizam na invasão e sobre-exploração de imensos territórios, negação e violação dos direitos dos povos, sobretudo daqueles situados como racial e/ou etnicamente inferiores.

É a partir das ideologias hierarquizantes e discriminatórias —que mesmo se não ditas diretamente, são estruturantes da conformação social, e não podem ser subtratadas na análise e práticas críticas— que se encaminham pelos agentes públicos e privados as decisões sobre as políticas ambientais, a implementação dos projetos da iniciativa privada, as remoções das populações, as ordens de despejos, as fronteiras de expansão dos agro e hidronegócios, a defesa, licenciamento

“Na América Latina o racismo é um dos processos de desigualdade mais reais e ocultados”

e incentivos às atividades industriais poluentes, as obras de infraestrutura que viabilizam a produção. Enfim, só para citar alguns dos processos que interferem e reconfiguram autoritariamente os territórios, destroem os bens naturais e desalojam as populações que foram historicamente alijadas dos processos políticos e exploradas nos econômicos e que por conseqüência não têm acesso ao poder de decisão e à proteção contra as atividades degradantes e seus impactos.

Nessa “naturalização” das injustiças e desigualdades, na vida real e cotidiana os contingentes negros urbanos enfrentam os grandes

dilemas ambientais nas cidades; as populações quilombolas e povos indígenas têm seus territórios e modos de vida dizimados; os trabalhadores e trabalhadoras das atividades degradadoras são as vítimas das contaminações; as populações pobres, em geral não brancas, são destituídos de seus direitos e/ou morrem nas grandes catástrofes.

Nessa cadeia de tragédias, as mulheres negras e indígenas são mais duramente atingidas, porque têm ainda menos acesso ao poder político e foram (e a grande maioria continua a sê-lo) subordinadas, nas diferentes dimensões da vida. Para essas, o histórico de dominação de seu corpo no estupro colonial e na exploração do seu trabalho, se repagina na vida cotidiana de gestão das ausências e na exploração sexual, como parte das cadeias produtivas que articulam cultura machista e pobreza das mulheres e meninas, e não custa dizer: especialmente as de cor!

As necessidades e privações que foram geradas pela situação de subordinação e de negação históricas são “processadas”, nesse desenvolvimento, não como conseqüências da má distribuição do poder e da riqueza, mas como resultado da própria ausência dos investimentos e modelos da sociedade geradora e consumidora de mercadorias. Nesse contexto, a falsa solução da chamada economia verde, que não rompe um milímetro sequer com os modelos dominantes, é também reflexo do cinismo, da arrogância e prepotência daqueles que sempre estiveram nos lugares de privilégios.

Para nós que vamos construir a Cúpula dos Povos, nos desafia a luta articulada contra o racismo e por justiça ambiental. Uma luta que nos mobilize para desvelar as tramas das desigualdades e visibilizar suas diferentes dimensões, com vistas a fortalecer a capacidade de incidir sobre elas a partir de suas complexidades e da nossa velha e boa capacidade de perceber e se indignar com as opressões.

Cristiane Faustino é militante da Articulação de Mulheres Brasileiras, do Fórum Cearense de Mulheres. Também é integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e do GT Combate ao Racismo Ambiental, além de trabalhadora do Instituto Terramar (CE).

Programas de rádio, publicações, vídeos e diversidades do universo feminista

Programa Ação Mulher

Rádio SOS CORPO

No site do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, é possível ouvir e baixar o Programa Ação Mulher, uma série de programas de rádio sobre diversos temas sociais, como saúde pública, orçamento, direitos e organização social.

Link: <http://www.soscorpo.org.br/multimedia/radio.html>

Violência contra a Mulher

Monitoramento das mulheres do RJ e DF

A publicação é resultado do trabalho realizado pelo CFEMEA (DF) e a Criola – Organização de Mulheres Negras (RJ), com o objetivo de ampliar a participação das mulheres no monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Link: <http://migre.me/9sAYB>

Qual o orçamento para a saúde das mulheres?

Da forma como o Orçamento está organizado, em especial na área da saúde, é impossível responder à questão: qual é o orçamento para a Atenção Integral à Saúde das Mulheres? Falta transparência a esse respeito. E informação é poder. A proposta é que mais mulheres possam se informar e pressionar.

Link: <http://migre.me/9sBT8>

O feminismo e a vovozinha

Vídeo

Como as vovozinhas viveram o feminismo nos anos 70, no Brasil? Como enxergam esse movimento nos dias de hoje? Quais foram as grandes e verdadeiras conquistas, e de que forma as mulheres lidam com esta herança? Um vídeo bem-humorado sobre o que é ser feminista.

<http://vimeo.com/36051357>



Os Megaeventos e a exploração sexual

Lívia Gimenes Dias da Fonseca

Os Megaeventos, que incluem a Copa do Mundo e as Olimpíadas que irão ocorrer no Brasil em 2014 e 2016, respectivamente, mobilizam as práticas de esporte, mas também as mais variadas práticas de violações de Direitos Humanos. A Revisão Periódica Universal da ONU, lançada em maio de 2012, questiona a violação de direitos humanos na preparação para Copa de 2014 em especial no que tange a reestruturação urbana que já tem provocado deslocamentos e despejos forçados[1].

Em ritmo de Rio+20, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) já tem demonstrado preocupação com o impacto ambiental dos megaeventos. O PNUMA prevê que a Copa do Mundo gerará o aumento de 5,5 milhões de turistas, que visitarão anualmente o Brasil, para em torno de 7,2 milhões, realizando campanha mundial para que os estrangeiros busquem opções de atividades turísticas de baixo impacto ambiental[2]. Todavia, a preocupação do movimento feminista está em relação ao impacto que este aumento do turismo pode realizar sobre os corpos das mulheres que são colocados como “ofertas” turísticas aos visitantes.

O turismo sexual se beneficia das facilidades oferecidas pela indústria do turismo (hotéis, bares, clubes noturnos, etc.) para servir a turistas nacionais e estrangeiros por meio da oferta de “pacotes turísticos” que incluem “promoções” de exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes frequentemente vitimizadas pelo tráfico de pessoas.

A Fundação francesa Scelles apresentou recentemente estudo comprovando que essas grandes competições internacionais permitem que as redes criminosas “aumentem a oferta” de prostitutas. Na África do Sul, por exemplo, o número de prostitutas no país, estimado em 100 mil, aumentou em 40 mil pessoas durante a Copa do Mundo[3]. Outro exemplo, em março de 2012, a Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente de Mato Grosso denunciou um sítio na internet denominado “Garota Copa Pantanal 2014” que divulgava vídeos e fotos de garotas menores de 18 anos em posições sensuais com camisetas promocionais alusivas ao torneio de futebol [4].

Importante ressaltar que o enfrentamento à exploração sexual de mulheres não se faz coagindo as profissionais do sexo, isto é, culpabilizando as mulheres pelas violações de direitos a que são submetidas. Afinal, prostituição não é crime. O que se busca combater são a exploração e o abuso da vulnerabilidade em que, por vezes, se encontram essas mulheres.

Em todo o mundo, estima-se que, por ano, 2,5 milhões de pessoas sejam vítimas de tráfico de seres humanos, atividade que submete suas vítimas a cárcere privado, exploração sexual, trabalho escravo

e venda de órgãos humanos [5]. Este crime afeta principalmente mulheres e meninas, que representam 79% dos casos [6]. O Estado de Goiás ocupa a primeira posição do ranking nacional de tráfico de pessoas. De acordo com dados de inquéritos apurados pela Polícia Federal, o estado goiano foi responsável, nesta década, por 140 (18,6%) dos 750 casos registrados em todo o País nesse período[7].

O Distrito Federal também é uma importante rota da exploração sexual de crianças e adolescentes. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, a cada três dias é encontrada uma criança ou adolescente em situação de risco nas estradas que cortam a capital e o Entorno. Em 2011, houve 124 flagrantes em carros, bordéis e boleias de caminhão [9].

Os dados do Disque Denúncia 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), referentes ao período de janeiro a fevereiro de 2011, demonstram que o sexo feminino corresponde à maioria das vítimas nas mais variadas formas de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes: são 80% das vítimas de exploração sexual, 67% de tráfico de crianças e adolescentes, 77% de abuso sexual e 69% de pornografia [10].

O Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher obriga o Estado brasileiro a implementar campanhas e apoiar ações educativas permanentes que possibilitem a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres e à naturalização da violência contra as mulheres; e que promova o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente nas cidades sede da Copa do mundo 2014 (eixo II, item 2 – f).

Para fiscalizar as ações do Estado e pressionar para que haja medidas efetivas de proteção aos Direitos Humanos estão sendo organizados diversos Comitês Populares da Copa e a temática da exploração dos corpos de mulheres, crianças e adolescentes não pode ficar de fora dessa vigilância [11].

[1] Disponível em <http://www.onu.org.br/revisao-periodica-universal-da-onu-questiona-direitos-humanos-na-preparacao-para-copa-de-2014/>

[2] Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/pnuma-lanca-passaporte-verde-para-conscientizar-turistas/>

[3] Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118_prostituicao_df_is.shtml, acesso em 04/06/2012.

[4] Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/03/site-e-suspeito-de-usar-meninas-de-biquini-para-promover-copa-em-mt.html>, acesso em 04/06/2012.

[5] Saiba mais em http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/tip/pub/cidadania_direitos_humanos_372.pdf

[6] Disponível em <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/pauta/trafico-de-pessoas-numeros-no-brasil>, acesso em 04/06/2012.

[7] Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,014801416-EI5030,00-Goias+lidera+o+ranking+de+tráfico+de+pessoas+no+Brasil.html>, acesso em 04/06/2012.

[8] Notícia “DF na fronteira da exploração sexual infantil”, do Correio Braziliense, de 01/06/2009. Cidades, p. 17. Em relação a estas denúncias, foi instalada em março de 2012, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal.

[10] Disponível em http://www.cet.unb.br/turismoeinfancia/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=143:18-de-maio-dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes&catid=13:noticias&Itemid=24, acesso em 04/06/2012.

[11] Saiba mais em <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php>

Lívia Gimenes Dias da Fonseca é doutoranda em Direito/UnB e integrante do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal (PLPs/DF)

20 anos depois do Planeta Fêmea

Priscilla Caroline Brito

Em 1992, cerca de 30 mil mulheres se reuniram no Rio de Janeiro no mesmo período da Eco92, para formular uma agenda de luta das mulheres por um planeta mais sustentável. Para a Rio+20, é preciso resgatar essa experiência, fazer um balanço dos nossos avanços e retrocessos.

Há 20 anos, as atividades começavam às 7h da manhã e só terminavam com o apagar das luzes da Cúpula da Terra. A noite era tomada por danças, música, vídeos e reuniões de articulação e discussão. Naquele pedaço do Rio de Janeiro, eram quase 100 mulheres se questionando: que tipo de relação com o planeta queremos construir?

O intuito do Planeta Fêmea era propor uma mudança para o mundo que corrigisse os danos causados pelo desequilíbrio da relação com o Planeta Terra. Era uma imensa vontade política de pensar uma transformação que não perpetuasse as exclusões da sociedade capitalista e que construísse uma ética baseada no respeito às diferenças.

Os painéis e debates apresentavam temas como biodiversidade, biotecnologia, alimentação, agricultura, reforma agrária, pobreza, refugiados, papel das redes para os movimentos de mulheres, saúde, educação, políticas de população, espiritualidade, sexualidade, dívida externa, militarismo, entre outros assuntos relacionados direta ou indiretamente à temática de meio ambiente e desenvolvimento.

Passados 20 anos, esse esboço de projeto político de transformação enfrenta desafios ainda mais complexos para ser colocado em prática. O capitalismo vem se sofisticando para responder aos questionamentos sobre o seu modo de produção e o desgaste à natureza provocado por ele. A Economia Verde propagandeia que é possível ser mais sustentável e preservar o planeta sem provocar mudanças profundas no sistema econômico.

Para os movimentos sociais, contudo, a sustentabilidade do planeta depende não só de mudanças profundas no modo de produzir, mas também de uma redefinição das relações sociais, sobre bases mais justas, igualitárias e solidárias. Para os movimentos de

mulheres, especificamente, ainda estamos longe de construir isso. Para nós, a Rio+20 e a Cúpula dos Povos precisam ser questionadas. Há 20 anos reivindicávamos que os espaços de discussão sobre o futuro do nosso planeta precisavam ser plurais, pois a exclusão de mulheres, negr@s, indígenas e outros grupos tradicionalmente marginalizados dos espaços de poder só podia resultar em projetos e propostas tão ou mais excludentes e desiguais que aqueles colocados atualmente pela Economia Verde.

“Era uma imensa vontade política de pensar uma transformação que não perpetuasse as exclusões da sociedade capitalista e que construísse uma ética baseada no respeito às diferenças”

A articulação dos movimentos de mulheres para a Cúpula dos Povos na Rio+20 pretende questionar os tipos de projetos para o desenvolvimento do Brasil e dos outros países do mundo pela sua incapacidade de promover uma sustentabilidade ambiental que não seja também social, ou seja, capaz de superar as desigualdades.

Assim, nós mulheres iremos ao Rio de Janeiro, para ocupar o Aterro do Flamengo e, sobretudo, para mostrar que o mundo que queremos precisa preservar a vida do planeta em todas as suas dimensões, inclusive superando as desigualdades e as opressões atuais. Assista ao vídeo Planeta Fêmea, para conhecer mais sobre a iniciativa: <http://www.youtube.com/watch?v=m-Na3FwmG58>